

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.524

9.12 O setor de Contabilidade emitirá Nota de Empenho, desde que precedida de comprovação, pelo FORNECEDOR, de que mantem todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar o MUNICÍPIO, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado; o que deverá ser averiguado pelo Departamento Solicitante.

9.13 O Departamento Solicitante, deverá realizar o controle da entrega dos equipamentos, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

9.14 Os fornecedores que tiverem seus preços registrados deverão designar um membro efetivo de seu quadro permanente de empregados como responsável pelo atendimento ao MUNICÍPIO.

9.15 O Departamento Solicitante poderá, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que tiverem seus preços registrados a substituição do responsável, caso o mesmo não conclua de forma satisfatória a administração da ABP e das contratações de decorrerem.

9.16 O MUNICÍPIO não se responsabilizará por contratos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na Ata ou Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

10.1 As partes que tomarem todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações, a adequação das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e diretrizes, políticas técnicas e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e ecólogos de conduta regularmente emitidos.

11. CLÁUSULA PRIMEIRA - FORO

11.1 É eleito o Foro da Comarca de Alto Paranaíba - PR, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Lei nº 14.133/2021.

11.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

São João do Caiuá-PR, dia 25 de abril de 2024.

STEFAN TOMÉ PAUKA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
ANA PAULA MACHADO PASTORI
CONTRATADA

Testemunhas:
01)
02)

Table with 6 columns: Item, Description, Unit, Quantity, Value, Total Value. Includes items like GUARDANOPO ATALHADO, GUARDANOPO DE PAPEL, PAINEL DE PRESSÃO 7 LITROS, etc.

Valor Total: R\$ 9.367,50 (nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante análise e aprovação gerencial, desde que devidamente justificada a vantagem e respaldadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

3.2 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à apresentação de estudos, índices e outros dados que comprovem a vantagem de preços, que demonstre o grau de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, obter pelo acatamento ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas como órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a máxima com por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.6 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor dos compromissos contratualmente assumidos e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à ata do órgão gerenciador.

3.7 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetuar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.8 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA E PRAZO DE ENTREGA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o seu vantajoso, conforme descrito no art. 14.133/2021. E, em caso de prorrogação, os preços praticados serão os máximos em 40% (quarenta e oito) horas, desde ainda que empresa não ofereça outros produtos no prazo sob pena de sanções.

5. CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1 Haverá atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

5.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado de fato que ocorrer por fato superveniente, cabendo à Administração promover as necessárias alterações (preço) fornecedor(es).

5.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

5.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seu preço aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 5.7 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidade se confirmada a ocorrência dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar qual oportunidade de negociação; Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para a extinção da contratação nas mesmas vantagens.

5.8 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos valores praticados no mercado;
- d) sofrer sanção administrativa cujo efeito tornará o proibido de celebrar contrato administrativo, exceto o órgão gerenciador e órgão participante.

5.9 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou fato de força maior, exceto nas hipóteses em que devidamente comprovadas e justificadas: por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor, desde que devidamente justificadas.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2 É de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, exceto nas hipóteses em que o descumprimento dispier respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

6.3 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das situações de fato que acarretarem a suspensão do registro de preços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento, tanto em relação aos prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e sanções aplicáveis, ajuste, encerram-se definidos no Projeto Básico/Termo de Referência (ANEXO I).

7.2 No caso de registro de preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:

- a) contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidas no cartão;
- b) contratação de item isolado para o qual o preço unitário aplicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelos Fiscais do Contrato conforme Portaria nº 6.353/2023, SR. CREZILANE DA SILVA CARAZZO DE ARAÚJO, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo I do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, o Setor de Licitação, convocará os proponentes classificados para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, observado o prazo de validade da proposta, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma da Lei nº 14.133/21.

9.2 A Ata de Registro de Preços não obriga o MUNICÍPIO a firmar a contratação, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente.

9.10 Não havendo êxito nas negociações e não existindo mais preços registrados, o MUNICÍPIO procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, relativamente ao lote que não foi contratado.

9.11 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada no Setor de Protocolo do Município.

9.12 O setor de Contabilidade emitirá Nota de Empenho, desde que precedida de comprovação, pelo FORNECEDOR, de que mantem todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar o MUNICÍPIO, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado; o que deverá ser averiguado pelo Departamento Solicitante.

9.13 O Departamento Solicitante, deverá realizar o controle da entrega dos equipamentos, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

9.14 Os fornecedores que tiverem seus preços registrados deverão designar um membro efetivo de seu quadro permanente de empregados como responsável pelo atendimento ao MUNICÍPIO.

9.15 O Departamento Solicitante poderá, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que tiverem seus preços registrados a substituição do responsável, caso o mesmo não conclua de forma satisfatória a administração da ABP e das contratações de decorrerem.

9.16 O MUNICÍPIO não se responsabilizará por contratos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na Ata ou Termo de Referência.

10. AS PARTES QUE TOMARÃO TODAS AS MEDIDAS DE SEGURANÇA, DE GOVERNANÇA E BOAS PRÁTICAS NO TRATAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES, A ADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS DEVERÁ LEVAR EM CONTA A LEI 13.709/18 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD), E DIRETRIZES, POLÍTICAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS A SEREM DETERMINADAS PELA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, O QUE PODERÁ INCLUIR SELOS, CERTIFICADOS E ECÓLOGOS DE CONDUTA REGULARMENTE EMITIDOS.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

11.1 É eleito o Foro da Comarca de Alto Paranaíba - PR, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Lei nº 14.133/2021.

11.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

São João do Caiuá-PR, dia 25 de abril de 2024.

STEFAN TOMÉ PAUKA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
MAISA DE CAMPOS NASSER
CONTRATADA

Testemunhas:
01)
02)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2024
PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2024

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (COPA E COZINHA, CAMA MESA E BANHO, ELÉTRICO E ELETRÔNICO, ACONDICIONAMENTO DE ENLARGAÇAS E OUTROS), DESTINADOS AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTES MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUA - PR, inscrito no CNPJ nº 76.238.433/0001-30, com sede na Rua Dom Pedro II, 800, Centro, São João do Caiuá - PR, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. STEFAN TOMÉ PAUKA, brasileiro, casado, maior, médico, portador do CPF/RG nº: 7.593.372-8 e inscrito no CPF/ME nº 034.112.319-63, residente e domiciliado na Rua Silvestre Tarniovi, nº 416, em São João do Caiuá - PR, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa R & M ALIMENTOS LTDA, com sede na cidade de Maringá/PR, a Rodovia PR 317 KM 06, 6330-800 229, CEP 87065-901, neste ato representada pela Sra. MAISA RIBEIRO DE CAMPOS, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 10.325.247-5 SSP/PR e inscrito no CPF nº 066.416.599-09, residente e domiciliada na cidade de Maringá/PR, a Rua Pioneiro Mário Marangoni nº 366, Jardim Universitário, CEP 87060-410, doravante denominada CONTRATADA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de preço, na forma eletrônica, sob o processo de registro de preço, processo licitatório nº 019/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação alcançada e na quantidade cotada, atendidas as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 129/06 e Portaria nº 4.703 de 19/01/2023 e demais disposições legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (COPA E COZINHA, CAMA MESA E BANHO, ELÉTRICO E ELETRÔNICO, ACONDICIONAMENTO DE ENLARGAÇAS E OUTROS), DESTINADOS AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTES MUNICÍPIO, especificado no Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2024, que é parte integrante desta Ata assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição e sua destoa Organematária:

Table with 2 columns: Item, Description, Unit, Quantity, Value, Total Value. Includes items like BOLSINA DE SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, COELHER GRANDE PARA ARROZ, FILME DE PVC TRANSPARENTE, etc.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Table with 6 columns: Lote, Ordem, Descrição, Marca, Unidade, Quantidade, Valor Unitário (R\$), Valor Total (R\$). Includes items like BOLSINA DE SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, COELHER GRANDE PARA ARROZ, FILME DE PVC TRANSPARENTE, etc.

Table with 6 columns: Item, Description, Unit, Quantity, Value, Total Value. Includes items like FACA PARA COZINHA, FACA PARA PÃO, FILME DE PVC TRANSPARENTE, etc.

MIRADOR PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL Nº 001/2024 - DIVULGAÇÃO DA DATA HORÁRIO PARA INSCRIÇÃO E ABERTURA DE ENVELOPES PARA APLICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

A Comissão Especial de Processo Seletivo de Emprego Público do Município de Mirador, Estado do Paraná, por meio de seu Presidente que a presente subscrive, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estabelecidas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais relativas a cargos, TORRES PÚBLICA e Área Assessoria Local de Aplicação de Prova Objetiva do Processo Seletivo Público A Nº 01/2024, nos seguintes termos:

Art 1º A prova objetiva do exame em referência será realizada na data de 09/05/2024 (DOMINGO), no COLEGIO ESTADUAL VEDRATO PARSONS DE FREITAS situada à Rua Municipal de Melo, 06, Centro, Mirador - PR, CEP 87640-000.

Art 2º As provas serão aplicadas no período MATUTINO E VESPERTINO observando-se as disposições a seguir:

Table with 4 columns: DATA DA APLICAÇÃO, PERÍODO, HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES, HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES, INÍCIO DAS PROVAS. Includes rows for 09/05/2024 with periods Matutino and Vespertino.

I O portão de acesso ao local de realização da prova permanecerá aberto por 40 (quarenta) minutos, observando o horário oficial de Brasília;

II A aplicação da prova objetiva terá 30 (trinta) minutos após o fechamento do portão de acesso, observando o horário oficial de Brasília;

III A prova objetiva terá a duração de 03 (três) horas, incluindo o tempo de marcação nas folhas de respostas;

Art 3º Para conhecer o endereço do local de realização das provas, o candidato deverá acessar a "Área do Candidato" e imprimir o CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO, o qual deverá ser levado ao local de realização das provas, observando o horário oficial de Brasília;

Art 4º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PRETA FABRICAÇÃO EM MATERIAL TRANSPARENTE, em seu DOCUMENTO IDENTIFICADÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO e o cartão de convocação do candidato impresso através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico: www.mirador.pr.gov.br;

Art 5º Esta Edital entra em vigor na data de sua publicação. Mirador (PR), 29 de abril de 2024.

ALVISONER MILTON, Presidente da Comissão
MIRADOR (PR), 29 de abril de 2024.

ALVISONER MILTON, Presidente da Comissão
MIRADOR (PR), 29 de abril de 2024.

MIRADOR (PR), 29 de abril de 2024.